



4878527



00135.226740/2023-43



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
Secretaria do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

ATA DA 124^ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CNDPI

REALIZADA NOS DIAS 19 E 20 DE FEVEREIRO DE 2025

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias dezenove e vinte de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Edifício Multi Brasil, SAUS, Quadra 5 Bloco, Asa Sul, Brasília/DF e por meio da plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 124^ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI. **Estiveram presentes dia 19/02/2025** – Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Norivaldo Pereira de Lima Júnior (Aliança Nacional LGBTI+); Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAZ); Maria Betânia Jatobá de Almeida, (ABRAZ); Marlene Aparecida Gonçalves (APN's); Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (ANADEP); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Luiz Legnâni (COBAP); Renata Prates de Oliveira (CONTAG); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, (CFOAB); Rosangela Maria Lucinda (CFOAB); Betânia Maria Pereira dos Santos (COFEN); Eni Carajá Filho (MORHAN); Ir. Terezinha Tortelli (PPI); Suzimar Delaroli Ribas (SESC); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Marco Antonio Guilherme dos Santos (SINTAPI-CUT); Claudia Regina de Oliveira Zanini (SBGG); Joana Darc Freire Silva (MCID); Maria Aparecida de Souza Dias (MCTI); Shirlei Correa Rodrigues (MINC); Gleiciane Marcelino da Silva (MDA); Mirian da Silva Queiroz Lima (MDS); Alexandre da Silva (SNDPI/MDHC); Lidia Rafaela Barbosa dos Santo(SNDPI/MDHC); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); Fábio Régis Sparremberg (MPO); Adriana Rodrigues Martins (MRE); Rodrigo Moreles Canez (MTUR); Francisco Alan (ASCOM/MDHC); Eduardo George (ASCOM/MDHC); Ermelinda Melo (CNDPI/MDHC); Fernanda Naves (MPT); Marlise Almeida da Silveira (CMPI); Viviane Barboni, (DEPPROS/MS); Luma Bittencourt (CNDPI/MDHC); Douglas Barbosa (CNDPI/MDHC); Diana Oliveira (CNDPI/MDHC); Bruno Mendes (CNDPI/MDHC); Ana Lúcia da Silva (CNDPI/MDHC); Luis Alberto da Silva (SNDPI/MDHC); Claudia Itaborahy Ferreira (SNDPI/MDHC). **Dia 20/02/2025** – Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Maria Angelica Gomes (AME); Norivaldo Pereira de Lima Júnior (Aliança Nacional LGBTI+); Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAZ); Maria Betânia Jatobá de Almeida (ABRAZ); Marlene Aparecida Gonçalves (APN's); Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (ANADEP); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Luiz Legnâni (COBAP); Renata Prates de Oliveira (CONTAG); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, (CFOAB); Rosangela Maria Lucinda (CFOAB); Betânia Maria Pereira dos Santos (COFEN); Eni Carajá Filho (MORHAN); Ir. Terezinha Tortelli (PPI); Suzimar Delaroli Ribas (SESC); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Marco Antonio Guilherme dos Santos (SINTAPI-CUT); Renata Marinho Pereira (SBGG); Claudia Regina de Oliveira Zanini (SBGG); Joana Darc Freire Silva (MCID); Shirlei Correa Rodrigues (MINC); Gleiciane Marcelino da Silva (MDA); Mirian da Silva Queiroz Lima (MDS); Alexandre da Silva (SNDPI/MDHC); Lidia Rafaela Barbosa dos Santo (SNDPI/MDHC); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); Bárbara Martins Alves dos Santos (MJSP); Fábio Régis Sparremberg (MPO); Adriana Rodrigues Martins (MRE); Heloísa da Veiga Coelho (MS); Rodrigo Moreles Canez (MTUR); Yan Guedes (CEDPI/GO); Angela Meireles (SEDPI/GO); Palmira Bittencourt (CEDPI/AP);

Alexander Parrine (SNPS/SG/PR); Vinicius Ramison Spengler (SNPS/SG/PR); Luma Bittencourt (CNDPI/MDHC); Douglas Barbosa (CNDPI/MDHC); Ermelinda Melo (CNDPI/MDHC); Diana Oliveira (CNDPI/MDHC); Bruno Mendes (CNDPI/MDHC); Ana Lúcia da Silva (CNDPI/MDHC).

Abertura da reunião: Pauta - 1. Abertura e verificação do quórum; 2. Aprovação da pauta; 3. Aprovação da Ata da 122ª Reunião Ordinária e 7ª Reunião Extraordinária; 4. Tema: 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – 6ª CONADIP; 5. Apresentação Tema: Efetividade dos direitos do trabalho para as pessoas idosas, o trabalho do MPT e possíveis ações conjuntas com o CNDPI, convidada: Fernanda Barretos Naves - Vice Coordenadora Nacional (Coordenadoria Nacional da Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho/Ministério Público do Trabalho); 6. Reunião das Comissões Permanentes; 7. Abertura e verificação do quórum; 8. Apresentação Tema: Informações atuais do BPC, com foco na pessoa idosa, Aspectos burocráticos para acessar o benefício, convidado: Raimundo Nonato Lopes de Sousa, Diretor(a) de Departamento de Benefícios Assistenciais, Renan Alves Viana Aragão, Coordenador(a)-Geral de Regulação e Análise Normativa (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome); 9. Apresentação Tema: Revisão Participativa do PPA 2024-2027 - Discussão e aprovação da proposta, convidado: Representante da Secretaria Nacional de Participação Social e Claudia Itaborahy Ferreira, Servidora da SNDPI; 10. Apresentação do Plano de Ação (Atualização 2025) Responsável: Secretaria do CNDPI; 11. Comunicação de Projetos/Editais; 12. Relato das comissões e grupos temáticos; 13. Informes gerais; 14. Encerramento.

19/02/2025 – Manhã: O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho iniciou a 124ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI cumprimentando todos os presentes e discursou sobre a saída da Sra. Eliana Magalhães Graça da Coordenação da Secretaria do CNDPI, ressaltando sua dedicação e compromisso para com todas as atividades do Conselho, bem como agradecendo formalmente pelos serviços prestados ao CNDPI. Em seguida o Secretário Alexandre da Silva agradeceu e reconheceu a contribuição da Sra. Eliana Magalhães Graça, destacando sua atuação marcante na pauta da pessoa idosa. Ressaltou sua postura comprometida e militante, além da parceria construída ao longo do tempo. A Sra. Eliana Magalhães Graça agradeceu ao colegiado, à Secretaria e ao Secretário Alexandre da Silva pelo apoio durante sua atuação na Coordenação-Geral da Secretaria do Conselho. Relatou sua saída em razão da aposentadoria compulsória, destacando seu desejo de continuar contribuindo com o serviço público. Ressaltou a importância do controle social e da participação democrática, agradeceu a colaboração da equipe e se colocou à disposição para futuras contribuições. Após, o Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcantara cumprimentou e agradeceu a Sra. Eliana Magalhães Graça pelo trabalho desenvolvido e desempenhado durante todo o período na Coordenação do CNDPI. Pontuou sobre a importância de discutir no conselho as questões relacionadas a aposentadoria compulsória. Seguidamente, o Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas pontuou sobre a importância de falar acerca do protagonismo da pessoa idosa na sociedade. A Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú agradeceu a Sra. Eliana Magalhães Graça pelo apoio e trabalhos desenvolvidos no conselho durante todo o período que esteve no CNDPI, pois foi de fundamental importância para os conselheiros(as). Posteriormente, a Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva considerou que o CNDPI visa estabelecer os direitos das pessoas idosas, então é importante respeitar a dignidade desses indivíduos. Em seguida, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho propôs, como encaminhamento, que seja realizada uma moção de reconhecimento e agradecimento a Sra. Eliana Magalhães Graça. Em regime de votação, a proposta foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros(as) presentes. Ato contínuo, passou-se a aprovação das seguintes atas das reuniões: 122ª Ordinária e 7ª Extraordinária. O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho inferiu que foram realizadas algumas alterações, a pedidos dos Conselheiros e, colocadas em regime de votação, não havendo manifestação contrária, foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros(as) presentes. Após, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho agradeceu ao Servidor Luis Alberto da Silva e a Servidora Claudia Itaborahy Ferreira pelo empenho e organização desenvolvidos no período que estiveram na Coordenação-Geral da Secretaria do CNDPI. Seguidamente, a Servidora Claudia Itaborahy Ferreira fez a apresentação acerca das tratativas que estão sendo realizadas dentro da coordenação, sobre a conferência e todas as questões de cunho administrativo. Também agradeceu ao apoio dos conselheiros(as) durante o período que ficou à frente da coordenação. Adiante, o Servidor Luis Alberto da Silva também agradeceu o tempo de permanência na coordenação do conselho e apoio. Aproveitou para sugerir que haja acordo com parlamentares para que seja viabilizada a realização, acerca do

orçamento, para a conferência nacional. Posteriormente, foi apresentada a Sra. Ana Lúcia da Silva, nova Coordenadora-Geral da Secretaria do CNDPI, que expressou sua alegria em retornar ao espaço do Conselho, agora também ocupando o lugar de fala como pessoa idosa. Ressaltou sua trajetória como militante e técnica, destacando o compromisso com a construção coletiva das políticas públicas. Relembrou sua participação em gestões anteriores, como servidora e na organização de conferências nacionais, mencionando avanços importantes, como o fortalecimento dos fundos para a política da pessoa idosa. Defendeu o engajamento social e político na gestão orçamentária e colocou-se à disposição para colaborar ativamente com os trabalhos do Conselho. Em seguida, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho agradeceu o auxílio dos conselheiros(as) nas tratativas para realização da 6ª conferência Nacional. Considerou que existem 3 metas, pelo plano de ação: 1. Fortalecimento dos conselhos existentes e a criação de novos conselhos municipais; 2. Fortalecimento dos fundos existentes e a criação de novos fundos; e 3. Criação e Fortalecimento da rede. Também inferiu sobre os pontos de debate trazidos pela Comissão Organizadora Nacional – CON: Orçamento - a secretaria tem claro que mesmo com o orçamento aprovado, a ideia seria que os custos da conferência sejam divididos entre dotação orçamentária, e uma parte dos recursos oriundos do fundo nacional; propostas para as conferências livres; comunicação e divulgação das conferências; andamento das conferências municipais; garantir a participação da diversidade dos múltiplos envelhecimentos em todas as etapas da conferência; aprovação de materiais. Ato contínuo, o Secretário Alexandre da Silva enfatizou que as tratativas sobre a conferência são pontos prioritários da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Informou que houve uma deliberação de carta acordo com a FLACSO para que possam auxiliar nas deliberações para a realização da conferência. Finalizou reforçando que é importante pensar em como viabilizar recursos para a política de direitos da pessoa idosa nesses momentos. Após, a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú considerou que existe a necessidade de decidir acerca da questão relacionada ao contrato com o CICB para realização da conferência. Em resposta, o Secretário Alexandre da Silva inferiu que para além do pagamento do espaço, deve-se pensar nos recursos para trazer os participantes para o evento, ou seja, é importante pensar em como mobilizar os grupos sociais para que eles consigam chegar nas conferências. Para isso, é necessário buscar recursos. Seguidamente, o Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara reforçou que é importante provocar o Tribunal de Contas da União para saber o que pode ou não ser gasto com o recurso público, e após, direcionar essa resposta aos tribunais de contas dos estados. Em resposta, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho informou que a comissão de fundos já está empenhada sobre essas tratativas. Pontuou também que a própria normatização interna do fundo das pessoas idosas deve ser revista, pois existem alguns descompassos que devem ser equacionados. Adiante, o Conselheiro Eni Carajá Filho propôs que o recurso do fundo precisa financiar a política, mas deve, também, ser destinado as pessoas idosas. Posteriormente, o Conselheiro Luiz Legnâni inferiu que se deve pensar em propostas e ações nos estados, articulando com os conselhos municipais, estaduais e entidades, bem como com parlamentares para que possam auxiliar no conselho. Considerou também que é importante continuar as tratativas sobre a criação do CNDPI por lei, que se encontra parada no Congresso. Em seguida, a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú solicitou a palavra e deu as boas-vindas à nova Coordenadora, reconhecendo sua trajetória e destacando o desejo de colaborar ativamente com o trabalho coletivo do Conselho. No entanto, pontuou a necessidade de registrar, de forma respeitosa, sua insatisfação com o processo de transição, destacando que o Conselho havia aprovado, por unanimidade, uma resolução em apoio à continuidade da gestão anterior da Coordenadora da Secretaria do CNDPI, que teve ampla identificação com o grupo e cujo trabalho era reconhecido por sua competência e compromisso. Mencionou que a ausência de uma resposta formal ou justificativa por parte do Ministério sobre a não continuidade dessa indicação gerou desconforto, especialmente após quatro meses de expectativa por parte da equipe e do próprio colegiado. Reforçou que sua fala não teve cunho pessoal, mas institucional, como forma de reafirmar o papel deliberativo do Conselho e sua expectativa de maior diálogo e consideração às resoluções aprovadas. Finalizou reiterando sua disposição de seguir trabalhando coletivamente em prol da política nacional de direitos da pessoa idosa, com foco na Conferência e em todos os desafios comuns. Ato contínuo, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho colocou em regime de votação, a seguinte proposta: verificar a possibilidade de utilização de uma parte do valor que está descontingenciado do recurso do Fundo Nacional do Idoso (FNI) para a contratação do espaço de realização da conferência. Cerca de R\$ 2.500.000,00 – deve haver

a consulta de viabilidade jurídica ao TCU. Os Conselheiros(as): Renata Prates de Oliveira (CONTAG); Betânia Maria Pereira dos Santos (COFEN); Luiz Legnâni (COBAP); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil); Claudia Regina de Oliveira Zanini (SBGG); Suzimar Delaroli Ribas (SESC); Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (ANADEP); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Eni Carajá Filho (MORHAN Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAZ); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, (CFOAB); Ir. Terezinha Tortelli (PPI); Marlene Aparecida Gonçalves (APN's); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Norivaldo Pereira de Lima Júnior (Aliança Nacional LGBTI+); Mirian da Silva Queiroz Lima (MDS); Alexandre da Silva (SNDPI/MDHC); Shirlei Correa Rodrigues (MINC); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); Rodrigo Moreles Canez (MTUR); Gleiciane Marcelino da Silva (MDA); Adriana Rodrigues Martins (MRE), manifestaram voto de forma favorável a proposta, ficando aprovada 24 votos.

19/02/2025 – Tarde: Retomando a pauta, foi iniciada a apresentação da **Sra. Fernanda Barreto Naves**, Vice Coordenadora Nacional da Coordenadoria da Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), sobre a efetividade dos direitos do trabalho para as pessoas idosas, o trabalho do MPT e possíveis ações conjuntas com o CNDPI. Após, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** esclareceu sobre a relevância do direito ao trabalho da pessoa idosa, previsto no artigo 26 do Estatuto da Pessoa Idosa, destacando sua relação com temas como previdência, saúde e aposentadoria. O tema ganhou destaque nas discussões, especialmente no contexto do serviço público e das aposentadorias compulsórias. Ressaltou a atuação do MPT e a importância de campanhas e parcerias institucionais para a promoção do trabalho decente na velhice, com a sugestão de construção de uma campanha nacional sobre o tema. Aberta a palavra, o **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** parabenizou a apresentação e inferiu que quando é discutida a questão do MPT, é diferente de discutir sobre justiça do trabalho, então é necessário o esclarecimento. Seguidamente, o **Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara** parabenizou pelo trabalho apresentado. Considerou que a preocupação do MPT é extremamente pertinente pois existe o mundo do trabalho e a transição demográfica, que acaba refletindo. Adiante, o **Conselheiro Eni Carajá Filho** pontuou que o MPT deve levantar alianças com as entidades sindicais para combater o fim da violência nas relações de trabalho, quando o trabalhador está prestes a aposentar. Posteriormente, o **Secretário Nacional Alexandre da Silva** agradeceu a apresentação e todo conhecimento compartilhado. Considerou que verifica duas condições que demandam atenção quanto as pessoas idosas, uma dentro do mercado de trabalho, e a outra acerca do trabalho digno. Ressaltou a importância de referenciar acerca da economia solidária, pois é uma pauta interessante para as pessoas idosas. Em seguida, a **Sra. Fernanda Barreto Naves** inferiu que pretende tratar de ações afirmativas como feirões de empregabilidade 60+ e cotas para pessoas idosas. Sobre o letramento anti-idadismo, etarismo, tem sido realizada uma capacitação interna e externa para repassar as empresas, órgãos e pessoas. Ato contínuo, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** parabenizou as ações desenvolvidas pelo MPT. Como encaminhamento, pontuou os seguintes tópicos: 1. Pensar em alguma campanha conjunta e virtual sobre o trabalho decente da pessoa idosa; 2. Tirar uma comitiva para realização desse trabalho e diálogo; 3. Ter o MPT como parceiro para a conferência nacional, que permeará ações em todo o país; 4. Sobre educação e cidadania, trabalhar um evento multitemático virtual com a pauta específica sobre o trabalho da pessoa idosa; e 5. Estudar uma resolução interinstitucional sobre o trabalho da pessoa idosa; Em seguida, passou-se ao regime de votação, não havendo nenhuma manifestação, foram aprovados por unanimidade pelos conselheiros(as) presentes. Seguidamente, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** reembrou a deliberação, ocorrida em reunião anterior, sobre a utilização do recurso do FNI para a impressão de 20 mil exemplares do Estatuto da Pessoa Idosa. Informou que está em andamento e que há solicitação de alguns Estados para uso do material nas etapas das conferências. Colocada em votação, a proposta de distribuição dos estatutos para os estados, foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros(as) presentes. Encerramento da reunião – Dia 19/02/2025: O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a participação de todos(as) os conselheiros(as) e encerrou o primeiro dia da 124ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI. **Dia 20/02/2025 - Manhã:** O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** iniciou a 124ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI cumprimentando todos os presentes. Após, a **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú** apresentou informações acerca do evento realizado para rememorar a celebração a democracia, participação

coletiva e o respeito as instituições, o qual participou representando o CNDPI. O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho agradeceu à Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú pela pronta disponibilidade em representar o Conselho no evento organizado com pouca antecedência. Destacou a importância da presença do Conselho em espaços estratégicos, especialmente diante da relevância do tema discutido. Reforçou que os conselhos de direitos são fruto da experiência democrática iniciada com a Constituição de 1988, a qual consolidou a participação social como princípio fundamental, sendo os conselhos e as conferências instrumentos essenciais desse processo. Seguidamente, o Sr. Raimundo Nonato Lopes de Souza, Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais e o Sr. Renan Alves Viana Aragão, Coordenador-Geral de Regulação e Análises Normativas do MDS realizaram apresentação acerca das informações atuais do BPC com foco na pessoa idosa: aspectos burocráticos para acessar ao benefício. Aberta a palavra, o Conselheiro Eni Carajá Filho parabenizou pela apresentação e pontuou que é percebido quando há um sinal de corte, e, infelizmente, a direita vem apresentando projetos para cortes desses benefícios socioassistenciais. Adiante, a Conselheira Maria Betânia Jatobá de Almeida considerou que as secretarias precisam trabalhar essas informações dentro dos municípios, então o CRAS tem papel fundamental nessa ocupação. Posteriormente, a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú considerou que é importante pensar sobre a violência digital, já que nem todos as pessoas idosas possuem conhecimento para mexer nas plataformas, então, é necessário garantir a acessibilidade de forma presencial. Em seguida, a Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva pontuou que as pessoas que mais sofrem e estão excluídas dos direitos das letras frias dos papéis, são as populações mais pobres: População negra, povos indígenas, populações rurais. Reforçou que o BPC precisa ser retificado com um projeto de lei para 60+, proposição que como colegiado, deve-se trazer outros segmentos para avançar nessa temática. Ato contínuo, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho ressaltou que é importante reafirmar o reconhecimento da justiça do BPC no caso das pessoas idosas que tenham entre 60 e 65 anos e que preencham os requisitos de renda do grupo familiar. Após, o Secretário Alexandre da Silva se colocou à disposição, como membro da SNDPI para auxiliar em demandas que possam vir a serem necessárias. Pontuou que é importante que haja uma cultura, de cima para baixo, exemplificada pelo governo federal de como falar sobre funcionalidade. Finalizou considerando que a garantia dos benefícios deve ser pensada garantindo acessar os grupos mais vulneráveis. Seguidamente, o Sr. Raimundo Nonato Lopes de Souza inferiu que o CRAS tem feito processo de acompanhamento e assistência ao BPC, assim como a vigilância, sendo atualizado a cada dois anos para que haja melhorias a população assistida. Ressaltou que o BPC é importante para reparar a situação das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Em complementação, o Sr. Renan Alves Viana Aragão reforçou que é necessário, acerca de desvinculação de reajuste do salário mínimo, permanecer em movimento para não deixar que aconteça, já que um salário é o que garante a dignidade para a pessoa idosa, com a transferência de renda que é o BPC. Ato contínuo, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho informou do processo eleitoral que ocorrerá para o próximo biênio do CNDPI, e propôs que os conselheiros(as) que desejem participar da comissão eleitoral do processo, que se manifestem a secretaria do conselho. Posteriormente, o Sr. Vinicius Ramison Spengler e o Sr. Alexander Parrine realizaram apresentação acerca da revisão participativa do PPA 2024/2027. Aberta a palavra, o Conselheiro Eni Carajá Filho parabenizou pela apresentação e destacou a importância de que as políticas públicas cheguem efetivamente à população que mais necessita. Ressaltou a necessidade de questionamento sobre a destinação das emendas parlamentares, apontando que é fundamental reverter a atual lógica de alocação de recursos. Enfatizou que não adianta planejar a inclusão da pessoa idosa no orçamento público se os recursos continuarem sendo desviados de sua finalidade. Em seguida, o Secretário Alexandre da Silva pontuou que como estratégia, a pauta da pessoa idosa deveria estar dentro do PAC. Inferiu também acerca de alguns dos indicadores em relação a SNDPI: Capacitação de agentes públicos e os conselhos de direitos da pessoa idosa; Equipagem de órgãos estaduais e municipais da promoção e defesa da pessoa idosa; Produção e distribuição de cartilhas de orientação para criação de órgãos estaduais e municipais de proteção aos direitos da pessoa idosa; Realização de projetos voltados a educação midiática das pessoas idosas; Realização de campanhas de enfrentamento ao idadismo; Proposta da criação de indicadores de violação dos direitos humanos da pessoa idosa; e Formalizar a rede de proteção de direitos humanos da pessoa idosa. Ato contínuo, foi referenciada a proposta para realização da reunião descentralizada de abril/2025. O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho informou que entrou em contato com a representante do Paraná a fim de que a reunião

seja acolhida nesse estado. Após, o Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara considerou sobre as diferenças regionais e pontuou sobre a oportunidade de realização da reunião no Pará, já que também será feita a COP 30, referenciado os processos de envelhecimento. Seguidamente, a Conselheira Suzimar Delaroli Ribas inferiu que, objetivamente, é importante pensar se existirá estrutura financeira e material para realizar uma reunião nos locais onde não existe estrutura. Adiante, a Conselheira Rosangela Maria Lucinda sugeriu que seja ouvido o estado de São Paulo e de Goiás, já que ficou registrado em ata da reunião passada. Diante das pontuações dos conselheiros(as), o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho se comprometeu a contatar os conselhos de São Paulo e Goiás, repassando as informações aos conselheiros(as), porém informou que as tratativas devem ser realizadas nesta reunião para que haja tempo hábil. **Dia 20/02/2025 – Tarde: O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** retomou a pauta da conferência, mencionou que, no dia anterior, deliberou apenas sobre a utilização do recurso, restando ainda alguns pontos pendentes. Ressaltou que os materiais da conferência foram disponibilizados previamente há cerca de 30 dias, com tempo hábil para análise e envio de sugestões. Dada a extensão do material, considerou desnecessária sua leitura integral no momento, ficando a cargo da bolsista Sra. Ermelinda Melo esclarecer as alterações necessárias. Elencou os pontos a serem tratados: definição sobre as conferências livres nacionais, estratégias de comunicação e divulgação da conferência (reforçando a necessidade de engajamento das entidades), promoção da diversidade dos participantes, e deliberação quanto à participação de entidades da sociedade civil que não forem reconduzidas no processo eleitoral, garantindo sua presença no processo conferencial. Agradeceu a presença das bolsistas Sra. Ermelinda Melo e Sra. Diana Oliveira, e passou a palavra à Sra. Ermelinda Melo que esclareceu que foram enviados aos conselheiros(as) três documentos: Material Orientador Complementar, Material Orientador das Conferências Livres Nacionais e o Regimento Interno da Etapa Nacional. Explicou que o *Material Orientador Complementar* é uma atualização do antigo documento denominado *Regimento Interno*, que precisou ser reformulado para adequação ao formato institucional das Conferências realizadas do MDHC. O conteúdo original foi mantido, mas o caráter normativo foi retirado, tendo em vista o caráter da autonomia dos estados e municípios que deve ser respeitado. A Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima destacou que o novo material traz complementações importantes, como a substituição das consultas nacionais pelas conferências livres nacionais com eleição de delegados, mudança aprovada pela Comissão Organizadora Nacional (CON). O documento reforça e atualiza diretrizes não contempladas na versão anterior. Destacou positivamente a informação sobre o número de delegados e convidados. Levantou dúvidas sobre a estrutura dos espaços de cuidado e questionou se já existe definição sobre os sub-eixos temáticos, ainda não deliberados. Mencionou também a ausência (ou dificuldade de identificação) de previsão para acompanhantes de pessoas idosas que necessitem de suporte. A Sra. Ermelinda Melo reforçou que o Material Orientador Complementar é uma versão ajustada do antigo Regimento Interno, com adequações solicitadas pelo MDHC, sem mudanças no conteúdo, apenas retirando o caráter normativo para respeitar a autonomia dos estados. O Regimento Interno da Etapa Nacional enviado é uma minuta técnica que ainda deverá ser analisado pelo pleno e submetido à consulta nacional após as conferências estaduais. Informou que a programação e metodologia também não estão definidas. Entre as novidades, está a proposta de reservar duas vagas natas para presidentes e vices dos Conselhos Estaduais (uma do governo e uma da sociedade civil), que ainda será deliberada pelo conselho. Destacou que apenas as conferências livres nacionais, que cumprirem critérios mínimos (abrangência nacional, cadastro junto à Comissão Organizadora Nacional, entre outros critérios previstos no Material Orientador das Conferências Livres Nacionais), poderão eleger delegados, limitadas a 58 vagas. A Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic informou que havia recebido diversas dúvidas de conselheiros(as) estaduais e municipais quanto à realização das conferências livres, especialmente após a divulgação do material orientador complementar. Destacou que a principal dúvida era sobre quem teria a responsabilidade pela organização dessas conferências. A Sra. Ermelinda Melo, esclareceu que, conforme o documento, as conferências livres nacionais são de responsabilidade da sociedade civil. O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho explicou que a nova tabela de vagas para delegados(as), já em discussão há alguns meses, substitui as antigas. Informou que a distribuição das vagas teve como base a população idosa brasileira, de acordo com o Censo de 2022, e o total disponível de delegados na etapa nacional, que é de 770 pessoas. Desses, 462 vagas (60%) são destinadas à sociedade civil e 308 vagas (40%) ao poder público. Esclareceu que o número mínimo de delegados por estado é 10 e o máximo, como no

caso de São Paulo, é 120, conforme a proporcionalidade da população idosa. Destacou que esse critério busca garantir justiça na representação de cada estado, embora compreenda o desejo de ampliar o número de participantes. Após, a **Coordenadora Geral Ana Lúcia da Silva** propôs que a sociedade civil fizesse um debate, separadamente, reforçando o que faria sentido acerca das conferências livres, tendo em vista que eles irão organizar esses eventos. Seguidamente, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** sugeriu que ao invés de fazer critério regional, pensar um critério quantitativo de estados. Adiante, o **Secretário Nacional Alexandre da Silva** solicitou que cada instituição que representa a sociedade civil, que se comprometa em fazer uma campanha nas páginas das redes sociais, pois seria uma grande oportunidade de divulgar a importância da conferência. Posteriormente, a **Sra. Diana Oliveira** informou que foi realizada solicitação a ASCOM/MDHC para que seja repassado, aos municípios, cartazes, cards, banners e todo material de divulgação da conferência. Também pontuou que é extremamente importante formar parcerias, para que essas informações possam chegar ao público que se deseja atingir. A **Sra. Ermelinda Melo** explicou os critérios para a realização das Conferências Livres Nacionais, que serão responsáveis pela eleição de delegados para a Conferência Nacional. Esses critérios incluem: A conferência deve ser de âmbito nacional, abrangendo pelo menos nove unidades da federação, distribuídas em três regiões geográficas; A conferência pode ser realizada de forma virtual, híbrida ou presencial; A organização deve ser feita por instituições, movimentos ou coletivos com atuação em defesa dos direitos humanos, democracia e a participação popular no envelhecimento. Quanto à eleição de delegados, o total de vagas será de 58, e as conferências livres poderão eleger de 2 a 8 delegados, dependendo do número de participantes. O limite total de delegados é de 58, conforme a definição dos critérios. O processo de inscrição das conferências ocorrerá entre 1º de abril e 20 de maio de 2025, com a avaliação das propostas e divulgação das aprovadas. O **Secretário Nacional Alexandre da Silva** levantou uma preocupação quanto ao critério atual de definição de delegados e delegadas das Conferências Livres Nacionais, com base na ordem de chegada das inscrições. Destacou que esse método pode gerar desigualdades, favorecendo grupos mais organizados ou que conseguem mobilização imediata, em detrimento de coletivos menos estruturados, como os que atuam com povos tradicionais, ribeirinhos ou temas emergentes como cuidados paliativos e práticas integrativas. Lembrou que, em momento anterior, houve sugestão de que, após o término do prazo de realização das conferências, houvesse uma análise do total de eventos e participantes para então se fazer a distribuição proporcional das vagas disponíveis, evitando distorções. A proposta é que essa lógica de redistribuição e não apenas o critério rígido de número de participantes seja considerada, promovendo maior equidade e representatividade entre os diversos segmentos envolvidos. Registrhou que o tema requer reavaliação, considerando a diversidade de públicos e os tempos diferentes de mobilização entre os grupos. A **Sra. Ermelinda Melo** reforçou que a proposta então é retirar do documento oficial o quantitativo fixo de participantes por vaga, conforme proposto pelo **Secretário Nacional Alexandre da Silva**. Informou que a proposta visa permitir uma redistribuição mais justa e proporcional das 58 vagas disponíveis, conforme o número total de conferências realizadas e o número de participantes efetivos em cada uma. Assim, o material a ser divulgado conterá apenas as regras gerais de organização das conferências, sem definir previamente o número de delegados por faixa de participantes. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** esclareceu que a proposta apresentada será colocada em votação, destacando que foram expostos argumentos favoráveis e contrários, e que cada conselheiro(a) poderá votar conforme sua avaliação. A proposta apresentada mantém todos os critérios das conferências livres nacionais, com a exclusão do critério quantitativo de delegados nas Conferências Nacionais Livres. Destacou a dificuldade de definição desse número neste momento. Assim, o critério quantitativo poderá ser definido posteriormente, com base nas avaliações da CON e ratificação pelo colegiado. Os Conselheiros(as): Renata Prates de Oliveira (CONTAG); Betânia Maria Pereira dos Santos (COFEN); Luiz Legnâni (COBAP); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil); Renata Marinho Pereira (SBGG); Suzimar Delaroli Ribas (SESC); Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (ANADEP); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Eni Carajá Filho (MORHAN); Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAZ); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, (CFOAB); Ir. Terezinha Tortelli (PPI); Marlene Aparecida Gonçalves (APN's); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Norivaldo Pereira de Lima Júnior (Aliança Nacional LGBTI); Fábio Régis Sparremberg (MPO); Mirian da Silva Queiroz Lima (MDS); Alexandre da Silva (SNDPI/MDHC); Shirlei Correa Rodrigues (MINC); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); Heloísa da Veiga Coelho (MS);

Gleiciane Marcelino da Silva (MDA); Joana Darc Freire Silva (MCID), manifestaram voto de forma favorável a proposta, ficando aprovada por unanimidade, com os ajustes pautados pelos conselheiros(as). Ato contínuo, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho informou que o colegiado foi formalmente provocado por um requerimento apresentado pelo Portal do Envelhecimento, reconhecido como um dos principais veículos de discussão sobre longevidade no país. A solicitação foi enviada por meio de correspondência assinada pela Sra. Beltrina, uma das responsáveis pelo portal. Mencionou que o Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara poderá complementar as informações. Com a palavra o Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara complementou a fala do Presidente, informando que o requerimento de apoio foi redigido pelo Portal do Envelhecimento, assinado pela professora Sra. Beltrina, pela AMPID e pela SBGG, com apoio de outras entidades. A campanha solicita que o Ministério da Educação inclua o tema do envelhecimento nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação no país. Foi solicitado o apoio formal do CNDPI para fortalecer a campanha e ampliar seu alcance, inclusive no diálogo com as conferências de 2025. A Conselheira Rosangela Maria Lucinda destacou a importância da inclusão do tema do envelhecimento e dos direitos da pessoa idosa nos currículos educacionais, desde o ensino básico até o superior. Relatou que, durante sua atuação na Comissão da OAB do Paraná, especialmente na área do exame de ordem, houve uma conquista significativa, em um dos exames da OAB, foram incluídas duas questões relacionadas ao Estatuto da Pessoa Idosa. Ressaltou que essa foi uma grande vitória, embora tenha sido um caso isolado, o que demonstra a necessidade de maior esforço e articulação para a continuidade e ampliação dessa pauta. O Conselheiro Eni Carajá Filho expressou apoio à proposta apresentada e inclusão de um componente de *interculturalidade*. Destacou que, geralmente, os idosos indígenas não são contemplados como deveriam nos espaços educacionais, sendo importante garantir a presença e o reconhecimento intercultural nesse processo de construção das diretrizes educacionais sobre o envelhecimento. O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho propôs dois encaminhamentos em relação à pauta apresentada pelo Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara: A primeira deliberação seria sobre a adesão formal do Conselho à campanha apresentada, manifestando apoio institucional à proposta. O segundo encaminhamento sugerido é a criação de um grupo de trabalho (GT) sobre educação, ou uma comissão específica, com o objetivo de acompanhar e aprofundar a pauta da inclusão do envelhecimento nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, articulando ações com o Ministério da Educação e outros atores envolvidos. Foi colocado em votação e não havendo manifestação, foi aprovada por unanimidade. Diante do exposto, os conselheiros(as) optaram pela criação de um Grupo de Trabalho para realização dessas tratativas, tento os seguintes conselheiros(as) como membros: Conselheira Claudia Regina de Oliveira Zanini, Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic, Conselheira Rosangela Maria Lucinda, Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas, Conselheira Cleide Lemes da Silva Cruz e Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara (Coordenador). Após, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho colocou em votação acerca da seguinte deliberação: Participação de conselheiros(as), que eventualmente as entidades não sejam reconduzidas no processo de eleição que será realizado em 2025. A ideia é que seja aceita a participação dessas entidades, que porventura não sejam reeleitas, mas contribuíram para a formulação do material, na 6ª Conferência Nacional como *convidados*. Os Conselheiros(as): Renata Prates de Oliveira (CONTAG); Betânia Maria Pereira dos Santos (COFEN); Luiz Legnâni (COBAP); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil); Renata Marinho Pereira (SBGG); Suzimar Delaroli Ribas (SESC); Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (ANADEP); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Eni Carajá Filho (MORHAN); Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAZ); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, (CFOAB); Ir. Terezinha Tortelli (PPI); Marlene Aparecida Gonçalves (APN's); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Norivaldo Pereira de Lima Júnior (Aliança Nacional LGBTI+); Fábio Régis Sparremberg (MPO); Mirian da Silva Queiroz Lima (MDS); Alexandre da Silva (SNDPI/MDHC); Shirlei Correa Rodrigues (MINC); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); Heloísa da Veiga Coelho (MS); Gleiciane Marcelino da Silva (MDA), manifestaram voto de forma favorável a proposta, ficando aprovada por unanimidade, com os ajustes pautados pelos conselheiros(as). Seguidamente, foi proposto a criação de um Grupo de Trabalho para discussão e atualização da Resolução nº 04/2009, acerca da elaboração de um fluxo de denúncias sobre os casos de eventuais violências contra as pessoas idosas. Para compor o GT foram designados os seguintes conselheiros(as): Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara, Conselheiro Eni Carajá Filho, Conselheira Heloísa da Veiga Coelho, Conselheira Betânia Maria Pereira dos

Santos, Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Júnior, Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas, Conselheira Raimunda Goreth Assunção Espindola, Conselheira Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes, Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima, Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú e Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (Coordenadora). Ato contínuo, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** realizou a apresentação da atualização do Plano de Ação do CNDPI, a partir dos 12 objetivos definidos em junho de 2024. No total, foram 50 ações distribuídas em 73 atividades. Destas, 24% foram concluídas, 22% estão em andamento, 14% são atividades contínuas realizadas rotineiramente e 40% ainda não foram iniciadas. Destacou que algumas comissões, já iniciaram a análise do que ainda é possível executar e quais atividades devem ser descontinuadas. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** reforçou a importância de que todas as comissões revisitem o plano de ação aprovado, conforme acordado na reunião entre as coordenações. Destacou que é compreensível o fato de que 60% das metas estejam em andamento e 40% ainda não iniciadas, tendo em vista o processo de transição e reorganização do CNDPI. Como exemplo, foi citada a meta institucional de ratificação da Convenção Interamericana, ainda em trâmite, mas em constante acompanhamento. Por fim, foi feito um reconhecimento ao esforço coletivo do colegiado e da secretaria em executar as ações de forma coordenada e integrada ao plano estratégico aprovado pelo Conselho. Seguidamente o **Secretário Nacional Alexandre da Silva**, apresentou os resultados do edital sobre experiências exitosas, destacando que, no eixo referente aos conselhos, houve menor procura. Sugeriu, uma reflexão coletiva quanto às causas dessa baixa adesão, tendo em vista que, apesar de discussões prévias, nenhuma explicação conclusiva foi alcançada. Em relação a novos editais, citou o exemplo do edital voltado às periferias, organizado pela Secretaria, ressaltando que o formato de valores menores se mostrou mais executável e abrangente. Apresentou os projetos atualmente em execução pela Secretaria e finalizou reiterando o compromisso da Secretaria com a integração de suas ações ao Plano Estratégico do Conselho Nacional, destacando que todos os projetos seguem diretrizes previamente pactuadas no colegiado e reafirmando o compromisso com a execução coordenada e eficaz das políticas públicas voltadas à pessoa idosa. Ato contínuo, foi colocado em votação acerca do Estado que sediará a realização da reunião Ordinária do mês de abril. Os Conselheiros(as): Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil) Renata Marinho Pereira (SBGG); Suzimar Delaroli Ribas (SESC); Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (ANADEP); Eni Carajá Filho (MORHAN); Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAZ); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, (CFOAB); Ir. Terezinha Tortelli (PPI); Marlene Aparecida Gonçalves (APN's); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Shirlei Correa Rodrigues (MINC); Gleiciane Marcelino da Silva (MDA); Mirian da Silva Queiroz Lima (MDS); Fábio Régis Sparremberg (MPO); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); e Heloísa da Veiga Coelho (MS); votaram de forma favorável para que o Estado do Paraná possa sediar a reunião descentralizada de abril. Já os Conselheiros(as): Renata Prates de Oliveira (CONTAG); Betânia Maria Pereira dos Santos (COFEN); Luiz Legnâni (COBAP); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Norivaldo Pereira de Lima Júnior (Aliança Nacional LGBTI+); Alexandre da Silva (SNDPI/MDHC), escolheram o Estado de Goiás. Finalizada a votação, por 16 votos favoráveis, o Estado do Paraná irá sediar a reunião descentralizada que será realizada em abril. **Encerramento da reunião** – O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a participação de todos os conselheiros(as) e encerrou a 124ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI.

RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, Usuário Externo**, em 30/04/2025, às 00:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4878527** e o código CRC **7A607BA6**.

Referência: Processo nº 00135.226740/2023-43

SEI nº 4001319